PALANTIR FORA!

Carta aberta da sociedade civil ao Programa Mundial de Alimentos sobre sua parceria com a Palantir Technologies

Setembro de 2026

Para: Luke J. Lindberg, Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos

Cc: Membros do Conselho Executivo do PMA; António Guterres, Secretário-Geral da ONU; Qu Dongyu, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

Prezado Sr. Lindberg,

Nós, as organizações da sociedade civil, os defensores dos direitos digitais, os trabalhadores humanitários, os ativistas da soberania alimentar, os sindicatos, os pesquisadores e cidadãos preocupados abaixo assinados, exortamos o Programa Mundial de Alimentos (PMA) a encerrar sua parceria com a Palantir Technologies. O PMA deve rescindir o contrato com a Palantir — renovado por mais cinco anos em julho deste ano — e solicitar uma avaliação totalmente independente e pública dessa parceria, bem como de todas as parcerias com empresas de tecnologia. Convidamos o PMA a implementar um plano concreto e com prazos definidos para se desvincular totalmente da Palantir, incorporando mecanismos adequados de prestação de contas ao público para prevenir os riscos éticos e operacionais decorrentes de parcerias com empresas de tecnologia. Além disso, instamos o PMA a adotar escolhas de infraestrutura de dados e tecnologias alinhadas aos princípios da governança pública e fundamentadas nos direitos humanos e no interesse público.

A Palantir Technologies é uma empresa estado-unidense de análise de dados cofundada em 2003 por Peter Thiel e Alex Karp, e hoje é uma das principais empresas de tecnologia do mundo. Ela recebeu financiamento inicial da In-Q-Tel, que é o braço de investimento de risco da CIA. Seu modelo de negócios se baseia na integração profunda de suas plataformas de software

proprietárias nas operações dos clientes por meio de contratos de longo prazo que criam uma dependência dos próprios engenheiros da Palantir para manter os sistemas em funcionamento. A liderança da empresa, notadamente o CEO Alex Karp, tem defendido veementemente que as empresas de tecnologia americanas têm uma "dívida moral" com os Estados Unidos, afirmando explicitamente que a missão de sua empresa é "dar uma vantagem injusta aos Estados Unidos". Essa lealdade descarada da Palantir ao poder geopolítico dos EUA é suficiente para fazer qualquer instituição pensar duas vezes antes de conceder à empresa acesso a dados confidenciais.

A estrutura financeira e a importância da Palantir para o aparato estatal dos EUA também permitiram que a empresa se envolvesse em elisão fiscal em grande escala e na transferência transfronteiriça de valores: uma análise de suas finanças mostra que a Palantir atingiu uma alíquota tributária global efetiva de apenas 1,4% em 2025, pagando US$ 22,7 milhões sobre US$ 1,657 bilhão em lucros antes dos impostos. A empresa não pagou nenhum imposto de renda federal dos EUA.

A relação do PMA com a Palantir teve início com um projeto-piloto em 2017, que se transformou em um acordo *"pro bono"* cujo valor foi estimado em cerca de US$ 45 milhões em 2019. De acordo com dados disponíveis no portal Global Marketplace das Nações Unidas, o PMA também contratou a Palantir
para prestar serviços de apoio relacionados no valor de US$ 2,5 milhões entre 2017 e 2024. Desenvolvido na plataforma Foundry da Palantir, o Sistema de Operações e Transformação Digital (DOTS) do PMA agora está integrado à grande maioria das operações globais de logística e de cadeia de suprimentos do PMA. Uma auditoria interna vazada pelo próprio Gabinete do Inspetor-Geral do PMA, datada de agosto de 2025, classificou a privacidade e as falhas na gestão de riscos como de "alta prioridade" e constatou que "as principais preocupações com a privacidade levantadas por partes interessadas, tanto internas quanto externas, em relação ao uso do DOTS não foram devidamente tratadas" desde o início da parceria. Em vez de fazer uma pausa para tratar dessas constatações, o PMA está renovando e ampliando a parceria.

Acreditamos que a parceria deva ser encerrada agora e exortamos o PMA a tomar medidas imediatas para defender o seu próprio mandato e o interesse público. As nossas preocupações incluem os seguintes aspectos:

1. A parceria com a Palantir contradiz o próprio mandato do PMA

Os maiores e mais importantes clientes da Palantir são as Forças Armadas dos EUA, as agências de inteligência e as autoridades de imigração. A empresa desempenha há muito tempo um papel de apoio às operações do ICE, o Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA, e firmou uma parceria estratégica formal com o Ministério da Defesa de Israel em janeiro de 2024. As organizações de direitos humanos e os especialistas da ONU têm levantado sérias preocupações, inclusive com a cumplicidade corporativa em crimes de guerra e com o papel dos fornecedores de tecnologia militar e de vigilância em Gaza. Dado esse perfil e a proximidade com o aparato militar e de fiscalização de um único Estado-membro, a Palantir não é a escolha adequada para administrar a infraestrutura de dados da maior agência humanitária do mundo, cujo mandato se baseia nos marcos internacionais de direitos humanos e no direito internacional humanitário. A credibilidade do PMA depende de sua independência e imparcialidade, tanto reais quanto percebidas. Na verdade, as próprias diretrizes do PMA e os compromissos mais amplos do sistema da ONU em relação aos direitos humanos digitais existem precisamente para impedir tais transgressões.

2. A parceria com a Palantir representa um alto risco para os direitos humanos e a soberania territorial

As áreas onde o PMA atua — inclusive zonas de conflito ativo, crises de deslocamento e regiões afetadas pela fome — são justamente os locais nos quais o governo dos EUA tem interesses militares e estratégicos diretos. A sociedade civil em todo o mundo e até mesmo os governos aliados estão apontando os riscos que a Palantir representa para a soberania nacional. Além disso, os dados detalhados sobre o movimento de populações ou a logística do abastecimento alimentar em locais com populações vulneráveis acarretam riscos potenciais às suas liberdades cívico-políticas e socioeconômicas. O PMA, enquanto maior agência humanitária do mundo, tem a grande responsabilidade de proteger os dados que administra contra os interesses particulares de empresas militares como a Palantir e do poder estatal que a empresa busca servir, com riscos decorrentes tanto para os direitos humanos quanto para a soberania dos Estados na ordem internacional.

3. A transparência, um princípio básico não negociável, está completamente ausente na parceria com a Palantir

Em alguns casos, a sociedade civil e os jornalistas conseguiram contestar outros contratos públicos da Palantir, em grande parte porque as leis de Acesso à Informação obrigaram a divulgação de detalhes essenciais. A ONU não está sujeita a obrigações de divulgação equivalentes, e o PMA tem tratado a transparência sobre essa parceria como algo opcional. Sem acesso ao contrato propriamente dito – revelando quais permissões o PMA concedeu (ou aceitou conceder) à Palantir –, nenhuma entidade externa ao PMA pode avaliar plenamente o risco ou exigir que a organização preste contas. Uma auditoria jurídica de 2020 teria sinalizado uma cláusula contratual que permite à Palantir "utilizar dados para melhorar o desempenho", levantando a possibilidade de que os dados operacionais do PMA pudessem ser usados para melhorar os produtos comerciais da Palantir. A auditoria de 2025 também não encontrou uma "estratégia de saída claramente definida" para a parceria. Não deveríamos ter que depender de vazamentos para conhecer fatos tão vitais; as informações sobre as parcerias tecnológicas do PMA deveriam estar disponíveis *a priori* para o escrutínio público.

Os dados que chegam aos sistemas do PMA desenvolvidos pela Palantir dizem respeito à cadeia de suprimentos da ajuda alimentar, inclusive quais alimentos são transportados, de onde vêm, sua rota, os obstáculos ao longo do caminho, quem os transporta, quais parceiros os distribuem, quem os recebe e onde ocorre a distribuição. Os dados, metadados ou aprimoramentos de software desenvolvidos por meio dessa parceria podem muito bem ter valor além da logística humanitária, permitindo que a Palantir desenvolva produtos e serviços para seus outros clientes corporativos — tanto militares quanto comerciais.

Além disso, dados sobre os movimentos das populações, as estradas e os obstáculos que condicionam o acesso, bem como a disponibilidade de alimentos e os padrões de distribuição, são exatamente o tipo de informação que poderia servir de base para estratégias destinadas a controlar ou restringir o acesso da

população civil aos alimentos. Atualmente, não há provas de que isso tenha ocorrido, mas a opacidade do PMA impede o monitoramento público e a identificação de possíveis abusos. O consenso que vem se formando é que a auditabilidade em toda a cadeia de valor dos dados é essencial para a prevenção antecipada de danos. Portanto, a transparência sobre os sistemas e infraestruturas de dados, bem como o ônus da divulgação proativa a esse respeito, devem recair sobre o PMA; investigar um dano relacionado a dados a posteriori é simplesmente contrário ao interesse público.

4. Os dados humanitários não são uma mercadoria; exigem o máximo cuidado

As agências do setor humanitário são responsáveis por alguns dos dados mais sensíveis coletados sobre as pessoas mais vulneráveis do mundo. Gaza continua sendo o exemplo mais gritante de como os dados de civis, nas mãos de poderosas corporações mercenárias, podem acabar alimentando sistemas que perpetuam as mais horríveis violações dos direitos humanos e crimes de guerra. À medida que a IA se torna uma tecnologia de dupla utilização e a corrida para construir sistemas de IA impulsiona uma ânsia sem precedentes por dados, a entrega de dados provenientes de contextos humanitários sensíveis sem a divulgação pública dos termos constitui nada menos do que negligência criminosa. Isso é totalmente contrário à integridade e à humanidade, ambos valores fundamentais do PMA como agência da ONU.

5. As garantias públicas do PMA não condizem com seus próprios relatórios

Durante uma sessão do Comitê das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial, em resposta a uma pergunta do Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSIPM), Jean-Martin Bauer, diretor do Serviço de Análise de Segurança Alimentar e Nutrição do PMA, declarou oficialmente: “Gostaria de enfatizar que não há dados de beneficiários nem informações de identificação pessoal processados pelo software Palantir que temos no PMA”, acrescentando: “não há informações de beneficiários transitando por esse software”. Essa declaração foi reiterada em uma carta recente da direção enviada a todos os funcionários.

Uma pesquisa independente realizada pela Tech for Bad em junho de 2026, com base nos próprios relatórios do PMA, constatou que o DOTS está listado entre os “principais aplicativos digitais utilizados no ecossistema do SCOPE do PMA [a plataforma de gestão de informações dos beneficiários do PMA]” para a “reconciliação de dados”. Na medida em que não há informações disponíveis publicamente nem uma comunicação transparente sobre os fluxos de dados entre os aplicativos do PMA voltados para os beneficiários (SCOPE e outros) e o DOTS, o processamento dos dados dos destinatários da ajuda continua sendo uma caixa preta, e as garantias públicas do PMA continuam sendo difíceis de acreditar. O esclarecimento fornecido à consulta do CSIPM é, portanto, insatisfatório e incompleto, uma vez que não aborda o entendimento do PMA sobre dados de beneficiários nem a forma como planeja lidar com quaisquer possíveis riscos de reidentificação por meio de semi-identificadores nos processos de reconciliação de dados em nível agregado.

É fundamental para todas as infraestruturas de dados públicos — do âmbito local ao global — que os beneficiários da ajuda, outras populações afetadas, fornecedores, transportadores e parceiros tenham conhecimento do uso e da reutilização dos dados e possam dar seu consentimento de forma significativa. Somente a total transparência em relação às definições de dados do PMA e aos fluxos de trabalho e protocolos de infraestrutura, juntamente com mecanismos eficazes de monitoramento e prestação de contas, pode garantir a confiança no PMA e proteger efetivamente as pessoas a quem ele se destina a servir.

Nossas exigências

Exortamos o Programa Mundial de Alimentos a:

1. Rescindir seu contrato e terminar a parceria com a Palantir Technologies.
2. Garantir que a iniciativa UN80 de cadeia de suprimentos integrada para ajuda humanitária, liderada pelo PMA, não amplie a presença da Palantir em todo o sistema da ONU.
3. Divulgar o texto completo de todos os contratos e acordos de compartilhamento de dados atuais e anteriores entre o PMA e a Palantir, inclusive disposições sobre o uso de dados, propriedade intelectual e quaisquer direitos que a Palantir detenha para utilizar dados do PMA, ou derivados deles, para treinar ou aprimorar seus próprios produtos.
4. Encomendar uma auditoria independente e externa sobre direitos humanos e proteção de dados do DOTS, incluindo suas conexões e integrações com outras plataformas, conduzida com a participação significativa e devidamente apoiada das comunidades afetadas, das organizações da sociedade civil e da equipe de linha de frente do PMA, e publicá-la na íntegra.
5. Estabelecer mecanismos claros e acessíveis para que os beneficiários e as organizações parceiras saibam quando seus dados são processados pelos sistemas da Palantir ou de outros fornecedores de tecnologia, e possam consentir, retirar o consentimento ou recusar totalmente tal processamento sem perder o acesso à assistência ou ao financiamento.
6. Apresentar esclarecimentos públicos sobre a discrepância entre a declaração do PMA de que nenhum dado de beneficiários é processado por meio do software Palantir e seus próprios relatórios sobre a reconciliação de dados agregados de beneficiários no DOTS, e adotar uma definição robusta, baseada nos direitos humanos, da abrangência real das medidas de proteção de dados de beneficiários.

7. Garantir que existam mecanismos adequados e eficazes para prevenir riscos aos direitos humanos e à soberania de dados decorrentes de parcerias com empresas de tecnologia, inclusive políticas rigorosas de conflito de interesses e mecanismos eficazes de monitoramento, prestação de contas e acesso à informação.
8. Elaborar e financiar um plano concreto e com prazos definidos para a transição da Palantir e de outras empresas de tecnologia para uma infraestrutura de dados voltada para o interesse público, construída com base em arquiteturas de código aberto, interoperáveis e federadas, fundamentadas em um ethos de governança pública, com estruturas de apoio aos direitos humanos e ao interesse público.
9. Trabalhar com os governos para financiar a transição da Palantir para alternativas públicas e garantir que o futuro financiamento de tecnologia para o PMA não inclua condições que prejudiquem sua autonomia e integridade.
10. Publicar e desenvolver, caso ainda não exista, uma política de aquisições de infraestrutura e serviços de tecnologia para o PMA. Essa política deve garantir que questões como as levantadas acima sejam abordadas por meio de relatórios regulares e disponíveis ao público. Tal abordagem estaria alinhada com as diretrizes de 2017 para organizações internacionais, particularmente no âmbito do sistema da ONU, recomendadas pelo Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação.

O Programa Mundial de Alimentos foi criado para proteger e ajudar as pessoas e as comunidades, e não para se tornar um campo de testes para tecnologias de vigilância e controle. Solicitamos ao PMA que enfrente este momento com a responsabilidade, a transparência, a cautela e a prestação de contas que as pessoas mais vulneráveis do mundo merecem. Esperamos uma resposta pública e substantiva, e permanecemos atentos e abertos a discussões com o objetivo de construir em conjunto políticas de infraestrutura tecnológica adequadas a um futuro sustentável para todos.

Apoiado por:

1. Global Digital Justice Forum
2. Tech For Bad
3. ETC Group
4. IT for Change
5. No Azure for Apartheid
6. Purge Palantir
7. Friends of the Earth International
8. FIAN International
9. Schola Campesina
10. WACC

11. Access Now
12. DAWN
13. Citizens International
14. World March for Women
15. European Public Service Union (EPSU)
16. Nexus Research Coop
17. Third World Network
18. Tech Global Institute
19. GRAIN
20. Agroecology and Food Sovereignty Alliance (AFSA) - Australia
21. UP Internet Freedom Network

22. Derechos Digitales
23. Friends of the Earth Malaysia
24. Jewish Voice for Peace Health Advisory Council
25. Consumers' Association of Penang
26. Public Services International - Asia Pacific
27. Seed and Knowledge Initiative (SKI)
28. Zambia Alliance for Agroecology and Biodiversity
29. African Centre for Biodiversity
30. Environmental Rights Action/ Friends of the Earth Nigeria
31. Corporate Europe Observatory
32. WeMove Europe
33. Agroecology Now!
34. International Analog Forestry Network
35. Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro
36. Unidad de Vinculación Ecologista Fund. La Hendija
37. CLADE
38. Council of Canadians
39. POLITY MALAYSIA
40. Friction (Agroecology Lab/ULB)